

Ana Maria de Oliveira Nusdeo

DIREITO AMBIENTAL & ECONOMIA

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-7972-5

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Nusdeo, Ana Maria de Oliveira.

N975 Direito ambiental & economia./ Ana Maria de
 Oliveira Nusdeo./ Curitiba: Juruá, 2018.
 212p.

1. Direito ambiental. 2. Economia. I. Título.

1124/230

CDD 342 (22.ed)
 CDU 342.951

000051

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo 1 AS RELAÇÕES ENTRE MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E DIREITO.....	15
1.1 ABORDAGEM NEOCLÁSSICA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL. A ECONOMIA AMBIENTAL.....	15
1.1.1 Meio Ambiente e Falhas de Mercado	16
1.1.2 Valoração dos Recursos Naturais.....	22
1.1.3 Sustentabilidade e Estoque de Recursos Naturais...	25
1.1.4 Análise Custo-benefício	28
1.2 A ECONOMIA ECOLÓGICA	29
1.2.1 As Leis da Termodinâmica	32
1.2.2 Inserção do Sistema Econômico no Sistema Ecológico	33
1.2.3 Sustentabilidade e Uso dos Estoques Naturais....	34
1.2.4 O Estado Estacionário ou de Crescimento Zero ...	36
1.2.5 Valoração dos Recursos Ambientais.....	37
1.3 ABORDAGENS ECONÔMICAS INSTITUCIONALLISTAS.....	39
1.4 TEORIA CRÍTICA. ECOLOGIA E DESIGUALDADE ...	44
1.4.1 A Ecologia Política	45
1.4.2 O Ecologismo dos Pobres	47
1.4.3 A Justiça Ambiental	49
Capítulo 2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. DA ORIGEM DO CONCEITO À SUA ELABORAÇÃO JURÍDICA	53
2.1 A ORIGEM DO CONCEITO	53

2.2	PROBLEMATIZANDO A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO.....	57
2.2.1	Crescimento <i>versus</i> Desenvolvimento	57
2.2.2	Crescimento, Desenvolvimento e Problemas Ambientais	59
2.3	NOVAS PERSPECTIVAS NO DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	62
2.3.1	Desenvolvimento e Liberdade Humana.....	63
2.3.2	A Economia Verde	65
2.4	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL	68
2.4.1	Objetivos.....	70
2.4.1.1	Direito e ciclo sustentável de vida dos produtos	71
2.4.1.2	Limites biofísicos e disciplina jurídica	75
2.4.2	Instrumentos	76
2.4.2.1	Do estudo de impacto ambiental à avaliação ambiental estratégica.....	77
2.4.3	Princípios.....	80
2.4.3.1	Os princípios do poluidor-pagador; usuário-pagador e protetor-recebedor.....	81
2.4.3.2	Conteúdo de um princípio do desenvolvimento sustentável	83
2.4.4	A Reparação e Valoração dos Danos Ambientais	86

Capítulo 3	POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E SUA ESTRUTURAÇÃO JURÍDICA.....	91
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IMPLEMENTAÇÃO JURÍDICA	91
3.2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	95
3.3	INSTRUMENTOS DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS....	98
3.3.1	Instrumentos de Comando e Controle	98
3.3.1.1	Instrumentos de comando e controle. Críticas e reabilitação	101

3.3.2	Instrumentos Econômicos	103
3.3.2.1	Instrumentos econômicos precifica- dos	105
3.3.2.2	Tributação e meio ambiente	109
3.3.2.2.1	Espécies tributárias e meio ambiente	112
3.3.2.3	Instrumentos de mercado	118
3.3.2.3.1	Algumas experiências de mercado de emissões de gases	122
3.3.2.3.2	Instrumentos de mercado: críticas e defesa	129
3.3.3	Instrumentos de Informação	133
3.3.4	A Articulação entre Instrumentos	137

Capítulo 4	A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E O USO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS NA SUA EXPE- RIÊNCIA	139
4.1	A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS	139
4.1.1	A Política Ambiental para a Gestão Integrada dos Recursos Naturais	141
4.1.2	Participação Social nos Órgãos Colegiados	143
4.1.3	A Atribuição de Competência aos Três Entes da Federação	144
4.1.4	Os Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	145
4.2	A EXPERIÊNCIA DE USO DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS NA POLÍTICA AMBIENTAL BRA- SILEIRA	147
4.2.1	Política Nacional de Recursos Hídricos e a Co- brança pelo Uso da Água	148
4.2.2	A Proteção Florestal e de Ecossistemas	150
4.2.3	Instrumentos de Comando e Controle na Pro- teção da Vegetação Nativa	151
4.2.4	Instrumento Multifunção: o Cadastro Ambien- tal Rural	153
4.2.5	Instrumentos Econômicos na Proteção de Ve- getação Nativa	157

4.2.5.1	O programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente da Lei 12.651/2012	157
4.2.5.2	Pagamento por serviços ambientais....	160
4.2.5.3	Pagamento ou incentivo a serviços ambientais na Lei 12.651/2012.....	163
4.2.5.4	Cota de Reserva Ambiental (CRA)	165
4.2.5.5	O ICMS ecológico.....	171
4.2.6	Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio	174
4.2.7	Outras Previsões Legais de Instrumentos Econômicos.....	177
4.3	INSTRUMENTOS ECONÔMICOS NO REGIME INTERNACIONAL DE COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	179
4.3.1	O Regime Internacional de Combate às Mudanças Climáticas. Elementos Principais.....	179
4.3.2	Os Mecanismos de Flexibilização do Protocolo de Quioto.....	182
4.3.3	O Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável do Acordo de Paris	189
CONCLUSÕES		191
REFERÊNCIAS		195
ÍNDICE REMISSIVO.....		201